

Caderno de Encargos

Procedimento 2024/300.10.005/120

Aquisição de serviços de seguros de frota automóvel, acidentes de trabalho e multirriscos, ao abrigo do Acordo-Quadro de Seguros realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

Consulta Prévia

Índice

Do contrato	3
Artigo 1.º	3
Objeto	3
Artigo 2.º	3
Forma e documentos contratuais	3
Artigo 3.º	3
Duração do contrato	3
Artigo 4.º	3
Obrigações do adjudicatário	3
Artigo 5.º	4
Obrigações da entidade adjudicante	4
Artigo 6.º	4
Patentes, licenças e marcas registadas	4
Artigo 7.º	4
Alterações ao contrato	4
Artigo 8.º	4
Cessão da posição contratual	4
Artigo 9.º	4
Subcontratação	4
Cláusula 10.ª	5
Preço Contratual	5
Artigo 11.º	5
Preço base	5
Artigo 12.º	5
Preço e condições de pagamento	5
Artigo 13.º	5
Boa-fé	5
Artigo 14.º	5
Uso de sinais distintivos	6
Parte II	6
Especificações técnicas	6
Artigo 15.º	6
Conformidade e operacionalidade dos serviços	6
Artigo 16.º	6
Especificações técnicas	6
Artigo 17.º	7

Local e prazo	7
Parte III	7
Disposições finais	7
Artigo 18.º	7
Sanções.....	7
Artigo 19.º	7
Resolução sancionatória por incumprimento contratual	7
Artigo 20.º	7
Comunicações e notificações	7
Artigo 21.º	8
Cláusula arbitral e foro competente.....	8
Artigo 22.º	8
Direito aplicável	8

Parte I

Do contrato

Artigo 1.º

Objeto

O presente caderno de encargos tem por objeto a aquisição de serviços de seguros multirriscos, automóvel e acidentes de trabalho, ao abrigo do Acordo-Quadro de Seguros, celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Artigo 2.º

Forma e documentos contratuais

1. O contrato será reduzido a escrito
2. Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Além dos documentos indicados no número anterior, faz parte integrante do contrato o caderno de encargos do Acordo-Quadro.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quando os ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.

Artigo 3.º

Duração do contrato

O contrato de aquisição de seguros de multirriscos, automóvel e acidentes de trabalho tem a duração de 12 meses, a contar da data da sua celebração, renovável por iguais períodos, até ao limite de 36 meses.

Artigo 4.º

Obrigações do adjudicatário

1. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Constituem ainda obrigações do adjudicatário as previstas no caderno de encargos do Acordo-Quadro;

Artigo 5.º

Obrigações da entidade adjudicante

Constituem obrigações da entidade adjudicante:

- a) Pagar, no prazo acordado, as faturas emitidas pelo adjudicatário;

Artigo 6.º

Patentes, licenças e marcas registadas

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

Artigo 7.º

Alterações ao contrato

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
3. O contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Razões de interesse público.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Artigo 8.º

Cessão da posição contratual

Não é permitida a cessão da posição contratual nos termos do estabelecido no caderno de encargos do Acordo-Quadro de Fornecimento de Seguros.

Artigo 9.º

Subcontratação

1. O contrato tem carácter *intuitu personae*, pelo que o adjudicatário não pode subcontratar, no todo ou em parte, a execução do seu objeto.

2. Excetua-se da proibição do número anterior a subcontratação que seja objeto de autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante.
3. Em caso de subcontratação, o adjudicatário mantém-se plenamente responsável pela prestação dos serviços objeto do contrato.

Cláusula 10.^a

Preço Contratual

1. Pelo fornecimento dos serviços objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta.
2. O preço referido no número anterior integra todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, entre outros, os relativos a todas as despesas inerentes à correta prestação dos serviços a contratar.
3. O preço contratual, contempla ainda € 500,00 (quinhentos euros) de plafond para o seguro de acidentes de trabalho e € 500,00 (quinhentos euros) de plafond para os restantes seguros, caso haja lugar a ocorrência de sinistros ou alterações aos valores seguros do contrato, não previstos no presente contrato, sendo que o valor é fixo e não está sujeito à concorrência.

Artigo 11.º

Preço base

1. Para os devidos efeitos, considera-se que o preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente Caderno de Encargos.
2. O preço base do presente procedimento é de € 28.650,00 (vinte e oito mil seiscentos e cinquenta euros), para os 36 meses.

Artigo 12.º

Preço e condições de pagamento

1. A entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário até ao limite do valor global constante da proposta adjudicada.
2. O pagamento devido pela entidade adjudicante será efetuado contra a apresentação de aviso de cobrança.
3. O Aviso de Cobrança/Recibo será pago através de transferência bancária, para número de identificação bancário e instituição de crédito indicada pelo adjudicatário.

Artigo 13.º

Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Artigo 14.º

Uso de sinais distintivos

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

Parte II

Especificações técnicas

Artigo 15.º

Conformidade e operacionalidade dos serviços

O adjudicatário obriga-se a entregar à entidade adjudicante os serviços objeto do contrato em conformidade com o caderno de encargos do Acordo-Quadro com as especificações do presente caderno de encargos.

Artigo 16.º

Especificações técnicas

1. Os requisitos gerais objeto do presente procedimento, são as que constam no “Anexo A – Especificações Técnicas” para cada tipologia de risco:

- a) Seguro de Edifício e Recheio

Localização: Rua do Carmo, n.º 20, em Aveiro

Edifício/Benfeitorias: A Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro é proprietária do edifício em causa, o qual se desenvolve por 2 pisos e sótão, com área de implementação de 366m² (sendo as áreas brutas dos pavimentos do rés-do-chão, 1º andar e sótão na ordem dos 366m², cada)

Atividade: escritórios / serviços

Avaliação do imóvel: 559.229€ (documento anexo “Avaliação AT_VPT”)

Recheio: inclui todo o equipamento informático, mobiliário/outro. Em caso de sinistro, pretende-se que o valor de indemnização seja pelo valor indicado na lista anexa.

Capital seguro: 248.115,67€ que corresponde ao custo de substituição dos bens seguros, sendo 59.931,39€ referente a mobiliário, 17.760€ Outras construções localizado no exterior do edifício e os restantes 170.424,28€ a equipamento.

- b) Seguro de Automóveis (3 viaturas).

- c) Seguro de Acidentes de trabalho – Conta de Outrem

Massa salarial prevista ano 2025: 681.522,00€ (CGA 104.567,00 € ao abrigo do Dec. Lei 503/99) / (SS 576.955,00€ ao abrigo da Lei 98/2009)

Garantias nos termos da legislação em vigor, nomeadamente, nos termos definidos na Lei 98/2009 de 04 de setembro e Dec. Lei 503/99 de 20 de novembro, que regulamentam o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, demais legislação em vigor e de acordo com as condições gerais das apólices.

Nº de pessoas a segurar: 24

Artigo 17.º

Local e prazo

1. Os serviços objeto do presente contrato são prestados na sede da entidade adjudicante;
2. Os serviços são prestados no dia imediatamente seguinte à data de celebração do contrato.

Parte III

Disposições finais

Artigo 18.º

Sanções

1. O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte da entidade adjudicante, nos termos do Acordo-Quadro.

Artigo 19.º

Resolução sancionatória por incumprimento contratual

1. O incumprimento contratual definitivo confere à entidade adjudicante o direito à resolução do contrato, nos termos do Acordo-Quadro.
2. A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções pecuniárias, nos termos do artigo anterior.

Artigo 20.º

Comunicações e notificações

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações da entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo adjudicatário.
2. Em sede de execução contratual, todas as comunicações do adjudicatário dirigidas à entidade adjudicante são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:

Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

Rua do Carmo n.º 20, 3800-127 Aveiro

E-mail: geral@regiaodeaveiro.pt

Artigo 21.º

Cláusula arbitral e foro competente

1. Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução do contrato que não seja consensualmente resolvido no prazo máximo de 30 (trinta) dias será decidido por recurso à arbitragem.
2. A arbitragem será realizada nos termos definidos no caderno de encargos do Acordo-Quadro de Fornecimento de Seguros.

Artigo 22.º

Direito aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Acordo-Quadro, do CCP e demais legislação aplicável.

Anexo I – Cláusulas relativas ao tratamento de dados

Cláusula n.º 1

Objeto

No âmbito do Contrato de prestação de serviços n.º 2024/300.10.005/120 - Aquisição de serviços de seguros de frota automóvel, acidentes de trabalho e multirriscos, ao abrigo do Acordo-Quadro de Seguros realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, o Adjudicatário, em diante, Subcontratante recebe e trata informações que poderão qualificar-se como dados pessoais com o significado do Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD) relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e outras leis e normas de proteção de dados pessoais aplicáveis.

Cláusula n.º 2

Obrigações do Responsável pelo Tratamento

1. Tendo em conta a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento dos dados, bem como os riscos para os direitos e liberdades das pessoas singulares, cuja probabilidade e gravidade podem ser variáveis, a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, em diante, o Responsável pelo Tratamento, aplica as medidas técnicas e organizativas que forem adequadas para assegurar e poder comprovar que o tratamento é realizado em conformidade com o RGPD.
2. O Responsável pelo Tratamento assegura que as atividades de tratamento objeto do presente Anexo são lícitas, leais e transparentes em relação aos titulares dos dados.
3. O Responsável pelo Tratamento recorre apenas a Subcontratantes que apresentem garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, nomeadamente, as referidas nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 do artigo 32.º do RGPD e elencadas nas alíneas do n.º 3 da cláusula 5.ª do presente Anexo.

Cláusula n.º 3

Tratamento de dados

1. O Subcontratante obriga-se a tratar os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas do responsável pelo tratamento e conforme este Anexo, não sendo autorizadas as transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais fora da Espaço Económico Europeu, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando, nesse caso, o Responsável pelo Tratamento desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público.
2. As instruções do Responsável pelo Tratamento são as fornecidas neste Anexo e no contrato. Quaisquer instruções adicionais apenas serão efetivas após aditamento ao presente Anexo e assinado por ambas as Partes.
3. O Subcontratante deve informar de imediato o Responsável pelo Tratamento, caso uma instrução possa infringir as disposições aplicáveis de proteção de dados. Nesse caso, o Subcontratante não está obrigado a seguir a instrução até que o Responsável pelo Tratamento a confirme ou altere.
4. Os detalhes das operações de tratamento levadas a cabo pelo Subcontratante são os seguintes:
 - a) Finalidades do tratamento: acesso a dados pessoais de terceiros que se inscrevam/registem na plataforma central de compras, bem como acesso a dados pessoais de trabalhadores das entidades aderentes e fornecedores;
 - b) Categorias de dados: nome, apelido, NIF;
 - c) Titulares dos dados: Funcionários;
 - d) Operações de Tratamento: Recolha e/ou registo, consulta;
 - e) Localização das operações de tratamento: Território Nacional, no site da seguradora a adjudicar para acidentes de Trabalho, que receberá mensalmente a folha da SS e CGA;
 - f) Subcontratantes: não é autorizado o recurso a subcontratantes;

Cláusula n.º 4

Segurança do tratamento

1. Tendo em conta as técnicas mais avançadas, os custos de aplicação e a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, bem como os riscos, de probabilidade e gravidade variável, para os direitos e liberdades das pessoas singulares, o Subcontratante obriga-se a aplicar as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco, antes de iniciar o tratamento dos dados pessoais em nome do Responsável pelo Tratamento.
2. Ao avaliar o nível de segurança adequado, devem ser tidos em conta, designadamente, os riscos apresentados pelo tratamento, em particular devido à destruição, perda e alteração acidentais ou ilícitas, e à

divulgação ou ao acesso não autorizados, de dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.

3. As medidas técnicas e organizativas devem incluir, consoante o que for adequado, as seguintes medidas de segurança:

I. Organizativas:

- a) Cumprir e exercitar regularmente o plano de resposta a incidentes e recuperação do desastre, prevendo os mecanismos necessários para garantir a segurança da informação e a resiliência dos sistemas e serviços, bem como assegurar que a disponibilidade dos dados é restabelecida atempadamente após um incidente;
- b) Classificar a informação de acordo com o nível de confidencialidade e sensibilidade e adotar as medidas organizativas e técnicas adequadas à sua classificação;
- c) Cumprir com a políticas de gestão de palavras-passe seguras, cumprindo com os requisitos para o tamanho, a composição, o armazenamento e a frequência com que uma palavra-passe precisa de ser alterada;
- d) Adotar alarmística que permita identificar situações de acesso, tentativas ou utilização indevida;
- e) Verificar se as medidas de segurança definidas estão em prática, garantindo que são eficazes e atualizando-as regularmente, especialmente quando o processamento ou as circunstâncias se alteram, incluindo as que são implementadas pelos subcontratantes nos tratamentos de dados;
- f) Sujeitar-se ao dever de confidencialidade a que está sujeito pelo facto de tratar dados pessoais;

II. Técnicas:

A. Autenticação:

- a) Utilizar credenciais fortes com palavras-passe longas (pelo menos 9 caracteres), únicas, complexas e com números, símbolos, letras maiúsculas e minúsculas, alterando-as com frequência;

B. Infraestruturas e Sistemas:

- a) Garantir que os sistemas operativos de servidores e terminais se encontram atualizados, bem como todas as aplicações (por exemplo, *browser* e *plugins*);
- b) Cumprir a organização dos sistemas e a infraestrutura por forma a segmentar ou isolar os sistemas e as redes de dados para prevenir a propagação de *malware* dentro da organização e para sistemas externos;
- c) Cumprir com as normas de segurança dos postos de trabalho e servidores, nomeadamente:
 - i. bloqueio de acesso a sítios que sejam suscetíveis de constituir um risco para a segurança;
 - ii. bloqueio dos redireccionamentos suspeitos através de motores de busca;
 - iii. bloqueio de imediato os ficheiros e aplicações infetadas com *malware*;
 - iv. realização de inspeção periódica do estado e utilização dos recursos do sistema;
 - v. monitorização da utilização do software instalado;
 - vi. ativação e conservação dos registos de auditoria (log);

C. Ferramentas de Correio Eletrónico:

a) Cumprir de forma clara e inequívoca as políticas e os procedimentos internos sobre o específico envio de mensagens de correio eletrónico contendo dados pessoais, que introduzam as verificações adicionais necessárias, no sentido de:

- i. garantir a inserção dos endereços de correio eletrónico dos destinatários no campo 'Bcc:', nos casos de múltiplos destinatários;
- ii. prevenir erros na introdução manual de endereços de correio eletrónico;
- iii. assegurar que os ficheiros enviados em anexo contêm apenas os dados pessoais que se pretendem comunicar

b) Confirmar com o destinatário, antes de envio de e-mail contendo dados pessoais, o endereço de email preferencial para contacto;

c) Realizar ações de formação no sentido de capacitar os trabalhadores a operar os mecanismos de envio de mensagens de correio eletrónico de acordo com os procedimentos definidos, sensibilizando-os para os erros mais comuns, potencialmente suscetíveis de originar violações de dados pessoais e incentivando-os à dupla verificação;

d) Reforçar o sistema com ferramentas *antiphishing* e *antispam*, que permitam bloquear ligações e/ou anexos com código malicioso;

D. Proteção contra *Malware*:

a) Utilização do sistema de cópias de segurança (*backup*) atualizado, seguro e testado, totalmente separado das bases de dados principais e sem acessibilidade externa;

b) Utilização do sistema com ferramentas *antimalware* que inclua a capacidade de o verificar e detetar, bem como o bloqueio em tempo real de ameaças do tipo *ransomware*;

E. Utilização de equipamentos em ambiente externo:

a) Armazenar dados em sistemas internos, protegidos com medidas de segurança apropriadas, e acessíveis remotamente através mecanismos de acesso seguro (VPN);

b) Realizar acessos apenas por VPN;

c) Bloquear as contas após várias tentativas inválidas de login;

d) Efetuar cópias de segurança automáticas das pastas de trabalho, quando o equipamento se encontra ligado à rede da entidade;

F. Armazenamento de documentos em papel que contenham dados pessoais:

a) Utilizar papel e impressão que seja durável;

b) Conservar documentação em local com controlo de humidade e temperatura;

c) Armazenar, devidamente organizados, os documentos que contêm dados pessoais sensíveis em local fechado, resistente ao fogo e inundação;

d) Controlar os acessos, com registo das respetivas data e hora, de quem acede e do(s) específico(s) documento(s) acedido(s).

e) Destruir os documentos através de equipamento específico que garanta a destruição “segura”;

G. Transporte de informação que integre dados pessoais:

a) Adotar medidas para impedir que, no transporte de informação com dados pessoais, estes possam ser lidos, copiados, alterados ou eliminados de forma não autorizada;

b) Utilizar encriptação segura no transporte, em dispositivos de massa ou arquivo potencialmente permanente (CD/DVD/PEN USB).

4. O Subcontratante pode alterar as medidas técnicas e organizativas, desde que não sejam menos protetoras que as ora estabelecidas e mediante acordo escrito em aditamento ao presente Anexo, assinado por ambas as Partes, antes da sua implementação.

5. O Subcontratante obriga-se a disponibilizar ao Responsável pelo Tratamento as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações do Subcontratante relacionadas com a segurança da informação, conforme exigido pelo RGPD e por este Anexo.

Cláusula n.º 5

Direitos dos titulares dos dados

1. Tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao dispor do Subcontratante, este presta assistência ao Responsável pelo Tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações do Responsável pelo Tratamento relativamente aos direitos dos titulares dos dados, designadamente o exercício dos direitos de acesso, retificação, apagamento, limitação do tratamento, portabilidade dos dados, oposição de tratamento e de revogação do consentimento.

2. O Subcontratante obriga-se, no prazo de 10 dias, a prestar as informações relativas aos titulares dos dados das operações de tratamento ao Responsável pelo Tratamento.

Cláusula n.º 6

Avaliação de Impacto sobre Proteção de Dados e Consulta Prévia

O Subcontratante obriga-se a prestar, num prazo razoável a definir pelo Responsável pelo Tratamento, a informação necessária ao seu dispor no cumprimento das obrigações deste, nomeadamente, de realizar uma avaliação de impacto sobre a proteção de dados (AIPD) e de consulta prévia que estejam relacionadas com os serviços prestados pelo Subcontratante, no âmbito deste Anexo.

Cláusula n.º 7

Registo das atividades de tratamento

1. O Subcontratante obriga-se a manter o registo de todas as categorias de atividades de tratamento realizadas em nome do Responsável pelo Tratamento, devidamente atualizado.

Cláusula n.º 8

Violação de dados

1. O Subcontratante obriga-se a notificar o Responsável pelo Tratamento para o e-mail geral@regiaodeaveiro.pt, no prazo máximo de 24 horas, a partir do conhecimento de uma violação de dados pessoais ocorrida no âmbito da execução do contrato pelo Subcontratante.

2. Nestes casos, o Subcontratante assistirá o Responsável pelo Tratamento na obrigação de informar o titular dos dados e as autoridades de controlo, conforme aplicável, fornecendo as informações necessárias, tendo em conta a natureza do tratamento e as informações ao dispor do Subcontratante.

Cláusula n.º 9

Encarregado de Proteção de dados

1. O Subcontratante deve designar um encarregado de proteção de dados e/ou um representante, na medida exigida pela legislação aplicável em matéria de proteção de dados.

2. O Subcontratante obriga-se a fornecer os respetivos contactos ao encarregado de proteção de dados e/ou um representante do Responsável pelo Tratamento.

Cláusula n.º 10

Auditorias

1. O Subcontratante disponibiliza ao Responsável pelo Tratamento todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações do Subcontratante e facilita e contribui para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pelo Responsável pelo Tratamento ou por outro auditor por este mandatado.

2. O Subcontratante obriga-se a fornecer a pedido de Responsável pelo Tratamento Relatórios de Auditoria e/ou outras informações relevantes ou certificações.

3. As auditorias ao Subcontratante devem ser realizadas de acordo com a política de segurança e confidencialidade do Responsável pelo Tratamento.

Cláusula n.º 11

Eliminação de dados

1. Sob pena de responsabilidade por perdas e danos, findo o período de vigência do Contrato, o Subcontratante obriga-se a proceder à eliminação de todos os dados pessoais que são tratados pelo Subcontratante em nome do Responsável pelo Tratamento, apagando todas as cópias existentes e devolvendo os backups para o Responsável Pelo Tratamento, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados – Membros.

2. No prazo de 30 dias após a execução do contrato, o Subcontratante deverá comprovar o modo como ocorreu e o que foi eliminado, nos termos do n.º anterior, devendo remeter uma declaração para o efeito.

Cláusula n.º 12

Responsabilidades

1. O Subcontratante que, em violação do RGPD e do presente Anexo, determinar finalidades e os meios de tratamento, é considerado responsável pelo tratamento no que respeita ao tratamento em questão.

2. O Subcontratante é responsável pelos danos causados pelo tratamento que viole as regras do presente Anexo, que não cumpra as obrigações do RGPD para os Subcontratantes e/ou que não siga as instruções lícitas do Responsável pelo Tratamento, salvo se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

3. Qualquer Parte deverá informar, sem demora, a outra parte relativamente a qualquer investigação, pedido de indemnização ou outro pedido de que venha a ter conhecimento, comprometendo-se a colaboração mútua.

Clausula n.º 13

Duração e Cessação

1. A vigência deste Anexo é o da vigência do Contrato de Prestação de Serviços (incluindo renovações ou extensões).

2. Salvo acordo em contrário, os direitos e requisitos de cessação serão os mesmos que os estabelecidos no Contrato de Prestação de Serviços.

Anexo A - Especificações Técnicas

Lote 1 – SEGURO DE FROTA AUTOMÓVEL

1.1 - TOMADOR DO SEGURO

Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA).

1.2 – OBJECTO DO SEGURO

1.2.1 Todo e qualquer veículo incluído na frota automóvel da CIRA.

1.3 – ÂMBITO DO SEGURO

- 1.3.1 Pretende-se um seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, previsto na legislação em vigor, designadamente, no Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, declaração de retificação n.º 96/2007, de 21 de agosto, Decreto-Lei n.º 153/2008, de 6 de agosto, para todo e qualquer veículo da entidade adquirente, independentemente do regime de propriedade e de utilização, incluindo aluguer, com base num prémio total anual por veículo e durante todo o período de vigência do contrato de seguro;
- 1.3.2 A frota automóvel da entidade adjudicante é composta pelos veículos propriedade da mesma, bem como viaturas cedidas por protocolo a esta, cuja responsabilidade pelo seguro lhe tenha sido transmitida;
- 1.3.3 O seguro obriga a reparação dos danos corporais ou materiais causados a terceiros, em que a morte integra o conceito de dano corporal;
- 1.3.4 Quando o acidente for simultaneamente de viação e de trabalho, aplicar-se-ão as disposições do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, tendo em atenção as constantes da legislação especial de acidentes de trabalho;
- 1.3.5 O disposto no parágrafo anterior é aplicável, com as devidas adaptações, quando o acidente possa qualificar-se como acidente em serviço, nos termos do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro;
- 1.3.6 O seguro abrange também máquinas ou equipamentos, sem locomoção própria, de valor até 50.000,00€ (cinquenta mil euros), colocada em veículo da CIRA, sem designação fixa de veículo transportador, por danos causados em consequência do veículo transportador.

1.4 - COBERTURAS, CAPITALS SEGUROS E GARANTIAS

São considerados serviços associados à prestação do serviço de seguro Automóvel os serviços descritos no presente anexo, em particular a proteção jurídica, a assistência em viagem, a gestão de sinistros e veículo de substituição.

Deverá ainda ser assegurado o serviço de Atendimento Técnico (AT), integrante dos níveis de serviço exigíveis nos termos do Caderno de Encargos, que compreende o atendimento aos utilizadores (24 horas por dia/ 7 dias por semana), reencaminhamento dos problemas apresentados, resolução dos problemas e prestação de esclarecimentos, devendo encontrar-se disponível para gestão de sinistros, assistência em viagem e gestão de seguros.

O serviço de Atendimento Técnico deverá assegurar:

- i. Disponibilização de um endereço eletrónico, para além de um número de telefone, para todos os contactos;
- ii. Um tempo médio de espera pelo atendimento telefónico não superior a 10 minutos (média mensal);
- iii. Gravação de todas as chamadas telefónicas entre o Atendimento Técnico e utilizadores, entidades adquirentes e CC-CIRA;
- iv. Registo de todas as ocorrências (telefonemas, reclamações, pedidos, etc.) e atribuição de um identificador único para cada.

As coberturas e capitais a considerar são as seguintes:

1.4.1 Assistência em viagem: compreende assistência no local, desempanagem no local e/ ou reboque do veículo até uma oficina ou ponto de assistência técnica autorizada pelo cocontratante, e transporte dos ocupantes e bagagens, em caso de avaria, sinistro ou furto, falta de combustível ou abastecimento incorreto, furo, perda de chaves ou trancadas no interior do veículo, falta de bateria ou qualquer outro motivo que impeça a circulação do veículo e o transporte de passageiros, alojamento em hotel definido pelo fornecedor, repatriamento ou prossecução de viagem sempre que a imobilização seja superior a duas horas, num prazo médio de 45 minutos.

1.4.2 Proteção Jurídica: garante assistência jurídica, compreende a salvaguarda dos interesses das entidades adquirentes em processos de litígio com outras seguradoras/veículos junto dos tribunais, de acordo com as condições gerais do cocontratante, designadamente:

- i. Honorários de advogados;
- ii. Custas Judiciais.

1.4.3 Quebra Isolada de Vidros (limite até 2.500,00€): garante os danos, causados, por causa não compreendida, em virtude de quebra isolada dos vidros, para-brisas, óculo traseiro e vidros laterais.

1.4.4 Acidentes Pessoais (todos os ocupantes, incluindo condutor), em consequência de acidente de viação com o veículo seguro, ficará garantido as seguintes indemnizações:

Cobertura	Capital
Permanente	50.000,00 €

Despesas de tratamento/Repatriamento	5.000,00 €
al	2.500,00 €
ização ¹	Até 25€/dia

¹Aplicável apenas a lesados não abrangidos pela cobertura de acidentes de trabalho da entidade contratante.

- 1.4.5** Danos próprios: inclui choque, colisão, capotamento, incêndio, raio, explosão, cataclismos da natureza, atos de terrorismo, vandalismo e alterações da ordem pública, quebra isolada de vidros e furto ou roubo total ou parcial, com franquia de 2%.
- 1.4.6** As coberturas de Riscos Sociais e Políticos, Fenómenos da Natureza e Privação de Uso estarão de acordo com as condições gerais do cocontratante.
- 1.4.7** Cobertura de responsabilidade civil com um capital de 50.000.000,00 €.

1.5 - FRACCIONAMENTO

Anual.

1.6 - CONDIÇÕES ESPECIAIS APLICÁVEIS AO SEGURO

- 1.6.1** A Seguradora deverá emitir uma apólice única de frota (sem agravamento nem descontos por sinistro ou antiguidade).
- 1.6.2** O segurador garante que o capital seguro em sede de danos próprios funciona em regime de valor convencionado, sendo anualmente revisto. Em caso de indemnização por perda total do veículo seguro, não há lugar a desvalorizações mensais, sendo garantido durante toda a anuidade, o valor seguro na data de início do contrato ou da sua renovação.
- 1.6.3** Para os veículos que beneficiam da cobertura de danos próprios, os extras neles incorporados ficam automaticamente seguros, sem necessidade de serem discriminados e valorizados, desde que a totalidade do capital seguro da viatura inclua o valor de tais extras e o valor do todo, veículo e extras, corresponda à regra do Valor Seguro definida nas Condições Gerais.
- 1.6.4** Para além do prémio a praticar, os concorrentes são obrigados a:
 - a) Fornecer a grelha de prémios e taxas a aplicar por cobertura, consoantes as categorias (indicação de qual a tarifa a praticar).
 - c) Indicar a rede de oficinas convencionadas pelo adjudicatário no concelho de Aveiro
- 1.6.5** Cada reboque deverá ter um seguro próprio de Responsabilidade Civil, ficando assim derogada a exclusão de serviço de reboque para todas as viaturas da frota, sem existir a necessidade de identificar as viaturas que efetuam serviço de reboque.
- 1.6.6** O serviço de veículo de substituição consiste na disponibilização de um veículo de substituição, da mesma gama do veículo segurado para os tipos de viaturas indicadas nas categorias A5 a A18, previstas

no Anexo B, em caso de sinistro (até um máximo de 30 dias por intervenção). As condições de aluguer do veículo de substituição devem ser comunicadas ao utilizador, nomeadamente as coberturas de seguro, obrigações de utilização e taxas a que o mesmo se encontre sujeito em caso de incumprimento. A disponibilização do veículo de substituição deverá ser assegurada até duas horas após a assistência em viagem num ponto de entrega e recolha do veículo de substituição que não implique uma deslocação superior a 30 km para o utilizador.

- 1.6.7 As garantias do seguro mantêm-se estando as viaturas ao ar livre.
- 1.6.8 O adjudicatário deverá garantir o correto cancelamento das apólices a descontinuar, para que não existam duplicação de coberturas e respetivos custos, ou falta de cobertura por anulação das apólices existentes antes da entrada em vigor do novo Plano de Seguros.
- 1.6.9 O serviço de gestão de sinistros consiste no registo da ocorrência, encaminhamento ou agendamento para o local de reparação, peritagem, aprovação da reparação, regularização de franquias e, caso esteja contratado o serviço de viatura de substituição, a sua disponibilização e respetivo tratamento operacional, no cumprimento de todas as disposições e obrigações legais, observando os prazos previstos no Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto.
- 1.6.10 A entidade adquirente pode, a qualquer momento, incluir novos veículos na apólice, ou abater veículos existentes, devendo a apólice manter-se atualizada através da emissão de recibos e estornos.

PREÇO BASE: 1.850,00€/ano

Lote 2 - SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO

2.1 - TOMADOR DO SEGURO

Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA).

2.2 – OBJETO DO SEGURO

- 2.2.1 A responsabilidade do tomador do seguro pelos encargos provenientes de acidentes de trabalho do pessoal afeto à CIRA, de acordo com o Anexo B, independentemente do seu vínculo contratual, nos termos da legislação em vigor, nomeadamente, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 novembro, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, (revogada pela Lei 35/2014 de 20 de junho) para Trabalhadores ao Serviço de Entidades Empregadoras Públicas, em conformidade com a Lei n.º 98/2009 de 4 de setembro, para Trabalhadores ao Serviço de entidades que não integrem a Administração Pública, e demais legislação em vigor e de acordo com as condições gerais das apólices.

- 2.2.2 Compreende a transferência das responsabilidades legais do Segurado, resultantes da ocorrência de sinistros tipificados como acidentes de trabalho, relativamente a todos e a cada um dos funcionários, agentes e contratados pela CIRA.

2.3 – ÂMBITO DO SEGURO

- 2.3.1 Ficam abrangidos por este contrato todos os trabalhadores, contratados por tempo indeterminado ou a termo ao serviço da CIRA, inscritos no Regime de Proteção Social Convergente (RPSC - Caixa Geral de Aposentações) e no Regime Geral de Segurança Social (RGSS), e, ainda, todo aquele que exerça cargos de nomeação, considerando-se na dependência económica do tomador do seguro, bem como os prestadores de serviço em regime de avença quando se encontrem em exercício da atividade profissional para o Segurado, devidamente comprovado.
- 2.3.2 O local de trabalho a segurar é todo o lugar em que o trabalhador se encontra ou deva dirigir-se em virtude do seu trabalho e em que esteja direta ou indiretamente, sujeito ao controlo do tomador do seguro.
- 2.3.3 O tempo de trabalho engloba todos os acidentes que possam ocorrer no local de trabalho e durante o período de laboração, o que preceder o seu início, em atos de preparação ou com ele relacionados, e o que se lhe seguir, em atos também com ele relacionados, e as interrupções normais ou forçosas de trabalho, e ainda no percurso de e para o local de trabalho.
- 2.3.4 Ficam ainda cobertos os riscos de deslocação e de exercício de atividades profissionais (nomeadamente execução de serviços espontaneamente prestados, fora do local de trabalho).
- 2.3.5 Em conformidade com o n.º 3 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 503/99, 20 de novembro, a entidade adjudicante transfere a responsabilidade por acidentes em serviço prevista naquele diploma para o adjudicatário, que deverá garantir as prestações, o pagamento das despesas e o cumprimento das formalidades legais previstas naquele diploma, sendo nulas as cláusulas adicionais que impliquem a redução de quaisquer direitos, regalias e garantias.
- 2.3.6 Para o efeito o tomador do seguro, obriga-se a remeter ao adjudicatário, até ao dia 15 de cada mês, a relação de proventos salariais do mês anterior.
- 2.3.7 O seguro será celebrado na modalidade de prémio variável.
- 2.3.8 O pagamento do prémio será efetuado anualmente, com indicação das datas de início e vencimento e respetivo valor, devendo ser enviado ao tomador do seguro um aviso de pagamento com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 2.3.9 No final de cada ano civil será sempre efetuado o acerto relativo ao montante do prémio variável.

2.4 – COBERTURAS, CAPITALIS SEGUROS E GARANTIAS

- 2.4.1 Ficam cobertos os acidentes de trabalho que ocorram em Portugal e, automaticamente os riscos de deslocação e de exercício da atividade profissional no estrangeiro, incluindo ações de formação

profissional, por períodos até 30 dias, sem qualquer agravamento tarifário.

- 2.4.2 Para efeitos da alínea anterior, o tomador do seguro obriga-se a comunicar previamente ao adjudicatário as deslocações a efetuar ao estrangeiro.
- 2.4.3 Em caso de acidente ocorrido em território estrangeiro, as despesas aí efetuadas relativas à em exercício da atividade profissional assistência médica, medicamentosa ou hospitalar, bem como os encargos referentes a transportes ou repatriamento ficarão a cargo do adjudicatário, por reembolso das despesas comprovadamente suportadas pelo sinistrado.
- 2.4.4 O seguro garante a cobertura dos trabalhadores, face aos riscos de Acidentes de Trabalho, os respetivos salários, subsídio de férias, de natal, de refeição e outros, incluindo os suplementos de carácter permanente sobre os quais incidam descontos para o respetivo regime de segurança social.
- 2.4.5 O adjudicatário assumirá eventuais reembolsos efetuados pela entidade adjudicante à Caixa Geral de Aposentações (C.G.A.) (no âmbito do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro), correspondentes a responsabilidades com eventuais pensões ou subsídios pagos pela C.G.A. ao abrigo do disposto nos artigos 34.º, 35.º, 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, nos sinistros ocorridos ao abrigo deste contrato.
- 2.4.6 Os trabalhadores têm direito à reparação, em espécie e em dinheiro, dos danos resultantes de acidentes em serviço, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 69-A/2009, de 24 de março.
- 2.4.7 Confere direito à reparação a lesão resultante de um acidente em serviço e que seja consequência de tal tratamento.
- 2.4.8 O direito à reparação em espécie, consagrado no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, deverá contemplar os mínimos exigidos na legislação em vigor, nomeadamente:
- a) Prestações de natureza médica, cirúrgica, de enfermagem, hospitalar, medicamentosa e quaisquer outras, incluindo tratamentos termais, fisioterapia e o fornecimento de próteses e ortóteses, seja qual for a sua forma, desde que necessárias e adequadas ao diagnóstico ou ao restabelecimento do estado de saúde físico ou mental e da capacidade de trabalho ou de ganho do sinistrado e à sua recuperação para a vida ativa;
 - b) O direito aos aparelhos de próteses e ortóteses abrange os destinados à correção ou compensação visual, auditiva ou ortopédica, bem como a prótese dentária e, ainda, a estética, se justificada;
 - c) A aquisição, renovação ou substituição dos aparelhos referidos anteriormente carecem de prescrição médica fundamentada;
 - d) Quando do acidente resultar a inutilização ou a danificação de próteses ou ortóteses de que o trabalhador já era portador, este tem direito à respetiva reparação ou substituição;
 - e) Quando o sinistrado optar por assistência médica particular, tem direito ao pagamento da importância que seria despendida em estabelecimento do serviço clínico do segurador responsável, devendo, para efeitos de reembolso, apresentar os documentos justificativos de todas as despesas efetuadas com o

tratamento das lesões, doença ou perturbação funcional resultantes do acidente.

f) Pagamento de transporte e estada para observação, tratamento e comparência a juntas médicas ou a atos judiciais, ou seja:

- i. No caso de deslocação da residência ou do local onde o trabalhador se encontre com vista a assistência médica, observação, tratamento, comparência a juntas médicas ou a atos judiciais que implique estada, este tem direito ao pagamento da correspondente despesa, até ao limite do valor previsto para as ajudas de custo dos trabalhadores com a posição remuneratória superior ao nível remuneratório 18 da escala salarial do regime geral, salvo se a sua condição de saúde, medicamente fundamentada, justificar despesas de montante mais elevada;
- ii. Quando o médico assistente ou a junta médica declarar que o estado de saúde do trabalhador o exige, há lugar ao pagamento das despesas de um acompanhante, nas mesmas condições das estabelecidas para o trabalhador.

2.4.9 O direito à reparação em dinheiro compreende:

- a) Remuneração, no período das faltas ao serviço motivadas por acidente em serviço, sendo considerada a remuneração líquida auferida pelo sinistrado à data do acidente, a partir do dia seguinte ao do acidente, de acordo com o Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro;
- b) Remuneração, no período das faltas ao serviço motivadas por acidente de trabalho, sendo considerada a remuneração auferida pelo sinistrado à data do acidente, a partir do dia seguinte ao do acidente, de acordo com da Lei 98/2009 de 4 de setembro;
- c) Indemnização em capital ou pensão vitalícia correspondente à redução na capacidade de trabalho ou de ganho, no caso de incapacidade permanente;
- d) Pagamento mediante validação médica do subsídio por assistência de terceira pessoa, resultante de acidente que não permita ao trabalhador praticar com autonomia os atos indispensáveis à satisfação das necessidades básicas da vida quotidiana sem assistência permanente de outra pessoa:
 - i. Consideram-se necessidades básicas os atos relativos à alimentação, locomoção e cuidados de higiene pessoal;
 - ii. O familiar do dependente ou quem com ele coabite, que lhe preste assistência permanente, é considerado terceira pessoa;
 - iii. O montante mensal do subsídio corresponde ao valor da remuneração paga a quem preste a assistência, com o limite da remuneração mínima mensal garantida para os trabalhadores do serviço doméstico.
- e) Subsídio para readaptação de habitação;
- f) Subsídio por situações de elevada incapacidade permanente;
- g) Despesas de funeral e subsídio por morte:
 - i. Despesas de Funeral – 4 x remuneração mínima mensal garantida, que será aumentada

para o dobro se houver trasladação;

ii. Subsídio por morte – 12 vezes a remuneração mínima mensal garantida;

iii. Pensão aos beneficiários legalmente reconhecidos, no caso de morte;

h) Incapacidade temporária;

i) Incapacidade permanente parcial e absoluta;

2.4.10 Deverá ser disponibilizada uma Linha Acidentes de trabalho, disponível em horário alargado.

2.5 - PAGAMENTO DE INCAPACIDADES TEMPORÁRIAS E DESPESAS MÉDICAS

2.5.1 As indemnizações por Incapacidade Temporária (I.T.) serão liquidadas à entidade adjudicante, figurando esta como entidade recebedora, dado que esta repõe o salário do trabalhador sinistrado quando este se encontra de baixa por Acidente de Trabalho, ou de regresso ao serviço embora com tarefas e horário adequado ao estado de saúde, nos termos da lei, e até o trabalhador se encontrar totalmente capacitado.

2.5.2 As despesas médicas ou outras despesas eventualmente suportadas pelo sinistrado deverão ser enviadas e liquidadas diretamente aos respetivos lesados.

2.6 - FRACCIONAMENTO

Anual.

2.7 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

2.7.1 O Segurador compromete-se a celebrar acordos com pelo menos 1 clínica/consultório, sediadas no Concelho do Tomador de Seguro, caso existam, para assistir sinistrados ficando os prestadores da assistência obrigados a registar a situação clínica do sinistrado, até à alta, no boletim de acompanhamento médico, aprovado pelo art.º 51.º do Decreto Lei n.º 503/99, a fornecer pelo adjudicante, devendo acompanhar o sinistrado até à alta médica, devendo no final ser entregue ao adjudicante.

2.7.2 O segurador procederá à celebração de acordos com pelo menos 2 farmácias sediadas no Concelho do Tomador de Seguro, caso existam, de forma a isentar os sinistrados do pagamento das despesas com prescrições médicas, consequência de tais acidentes, sendo as referidas despesas cobradas diretamente pelas farmácias, à seguradora.

PREÇO BASE: 6.000,00€/ano

Lote 7 – Seguro Multirriscos

7.1 - TOMADOR DO SEGURO

Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA).

7.2 – OBJETO DO SEGURO

7.2.1 O objeto do seguro são o edifício sede e outras construções, incluindo benfeitorias, bem como os respetivos recheios ou conteúdos que façam parte integrante do Património Imobiliário e Mobiliário da CIRA.

7.2.2 Ficam incluídos na definição referida no número anterior todos os bens que se trate de utensílios, máquinas, material de exposição e equipamento fixo ou móvel/portátil em deslocação em qualquer local.

7.2.3 Ficam ainda incluídos os bens de terceiros sob custódia, cuidado ou controlo da CIRA, incluindo objetos e/ou bens de carácter artístico para exposição, venda ou à consignação.

7.2.4 Ficam ainda incluídas as viaturas propriedade da CIRA, desde que parqueadas no interior do perímetro das instalações do segurado.

7.2.5 Os bens mencionados nos pontos 7.2.1 a 7.2.4 farão parte do objeto seguro desde de devidamente valorizados na relação de bens a enviar pela CIRA.

7.3 - COBERTURAS:

7.3.1 Este Seguro assegura o pagamento dos prejuízos causados pela ocorrência de quaisquer dos seguintes riscos:

a) Riscos Principais

- i. Incêndio, queda de raio e explosão;
- ii. Tempestades/inundações incluindo danos em muros, vedações e portões;
- iii. Aluimentos de terra;
- iv. Danos por água
- v. Furto ou Roubo
- vi. Fenómenos sísmicos
- vii. Queda de aeronaves;
- viii. Choque ou impacto de veículos terrestres, incluindo os provocados por veículos do segurado;
- ix. Choque ou impacto de objetos sólidos;
- x. Derrame de sistemas hidráulicos de proteção contra Incêndios;
- xi. Greves, tumultos e alterações da ordem pública;
- xii. Atos de vandalismo ou maliciosos.

b) Riscos com Capitais Próprios

- i. Quebra ou queda accidental de antenas, vidros e painéis solares;
- ii. Quebra ou queda accidental de bens;
- iii. Riscos elétricos;
- iv. Equipamento Eletrónico, incluindo a cobertura do transporte;
- v. Derrame accidental de produtos armazenados;
- vi. Avaria de máquinas;
- vii. Danos causados por fumo;
- viii. Limpeza, demolição e remoção de escombros;
- ix. Deterioração de bens refrigerados por avarias de máquinas;
- x. Danos em bens do senhorio;
- xi. Responsabilidade civil extracontratual;
- xii. Desenhos e documentos;
- xiii. Privação temporária do uso do local arrendado ou ocupado;
- xiv. Honorários de técnicos;
- xv. Prejuízos indiretos;
- xvi. Bens de terceiros em poder do segurado;
- xvii. Danos em Bens empregados;
- xviii. Infidelidade de empregados;
- xix. Gastos extraordinários;
- xx. Furto e/ou roubo de dinheiro em cofre, caixa e transporte;
- xxi. Danos aos imóveis causados por furto ou roubo;
- xxii. Danos em jardins;
- xxiii. Danos acontecidos em transportes terrestres;
- xxiv. Exposições temporárias;
- xxv. Estadia temporária de conteúdo;
- xxvi. Coleção de obras de arte.

7.4 – DEFINIÇÕES

7.4.1 O âmbito das coberturas a contratar corresponderão ao estabelecido nas Condições Gerais Multirriscos da CIRA.

7.5 - CAPITAL A SEGUAR:

7.5.1 Pretende-se contratar um seguro que englobe a totalidade dos vários bens e recheios, sendo o património apresentado no Anexo B.

No âmbito do presente procedimento a proposta ficará enquadrada na seguinte família de capital a segurar para a **totalidade** dos bens imóveis e respetivos recheios:

a) Família 9 – 500.000,01 € a 1.000.000,00 €

7.5.2 O capital a segurar corresponde ao valor total das rubricas de Edifícios e Outras Construções, incluindo benfeitorias, mais Recheio, propriedade da CIRA ou de seu usufruto.

7.5.3 Os limites de indemnização, por sinistro e anuidade, ocorrido ao abrigo de cada um dos riscos suprarreferidos, são os seguintes, não devendo ultrapassar os seguintes limites, nem o valor do capital seguro:

Quebra ou queda accidental de antenas, vidros, vitrais e painéis solares	50.000,00 €
Incêndio accidental de bens	10.000,00 €
Incêndio de bens	75.000,00 €
Incêndio de bens eletrónico, incluindo a cobertura do transporte	171.000,00 €
Incêndio de produtos armazenados	5.000,00 €
Incêndio de máquinas	50.000,00 €
Incêndio de bens por fumo	20.000,00 €
Incêndio e remoção de escombros	20.000,00 €
Incêndio de bens refrigerados (máquinas)	5.000,00 €
Incêndio do senhorio	5.000,00 €
Incêndio de documentos	5.000,00 €
Incêndio da área do local ocupado ou arrendado	20.000,00 €
Incêndio de técnicos	20.000,00 €
Incêndio de bens	30.000,00 €
Incêndio de bens	0,00 €
Incêndio de terceiros em poder do segurado	5.000,00 €
Incêndio de dinheiro em cofre, caixa ou em transporte	5.000,00 €
Incêndio de bens causados por furto ou roubo	50.000,00 €
Incêndio de mercadorias transportadas	5.000,00 €
Incêndio de obras de Arte	30.000,00 €
Incêndio de empregados	5.500,00 €
Incêndio de empregados	1.000,00 €
Incêndio de conteúdos	5.000,00 €
Incêndio de porárias	5.000,00 €
Incêndio de Civil	50.000,00 €
Incêndio de inários	5.000,00 €

7.5.3 A determinação do capital, ou seja, do valor a atribuir aos bens que constituem o objeto do contrato de seguro, é da responsabilidade do Tomador de Seguro, o qual teve em consideração os critérios das condições gerais de Multirriscos.

7.6 - FRANQUIA:

- 7.6.1 A proposta de prémio para as coberturas contratadas terá uma franquia de 10% dos prejuízos indemnizáveis com mínimo de 100,00€ e máximo de 2.500,00€.

7.7 - CONDIÇÕES ESPECIAIS:

7.7.1 VARIAÇÃO DE QUANTIAS SEGURAS E DESCRIÇÃO UNITÁRIA DE HAVERES SEGUROS

As quantias atribuídas aos bens de cada rubrica podem variar e, em caso de sinistros, ter-se-á sempre em conta que qualquer diferença por excesso numa rubrica de capitais seja levada a beneficiar a verba ou sub-verba que se considerem insuficientes em tal circunstância, desde que a totalidade de haveres seguros no local de risco afetado pelo sinistro corresponda ao valor dos objetos a que as mesmas digam respeito, no momento de um sinistro.

Igualmente, para efeitos deste seguro prevalece o valor global do património seguro, não sendo aplicável unitariamente a regra proporcional estabelecida no artigo 433.º do Código Comercial, desde que o valor global do património em risco corresponda ao seu valor seguro, determinado de acordo com as condições gerais do seguro multirriscos da entidade cocontratante.

7.7.2 ATUALIZAÇÃO AUTOMÁTICA DE CAPITALS

Sem atualização automática de capital.

7.7.3 INCLUSÃO DE NOVOS BENS OU BENEFICIAÇÕES NOS JÁ EXISTENTES:

- 7.7.3.1 O segurado obriga-se a declarar à Seguradora, nos 30 dias subsequentes ao termo de cada trimestre, a atualização de capital seguro, correspondente à inclusão de novos Bens – edifícios, máquinas, outros equipamentos e mobiliário integrados nos locais de riscos seguros ou à valorização dos já existentes que tenham sido objeto de beneficiações.
- 7.7.3.2 Caso se verifique um sinistro, durante o lapso de tempo concedido ao Segurado para cumprimento da obrigação referida, na alínea anterior, a Seguradora considerará, como declarados pelo seu valor real, os novos bens, assim como a inclusão de novos bens ou beneficiações dos já existentes até ao limite máximo de 10% do capital seguro por local de risco.
- 7.7.3.3 O prémio devido, pelos aumentos de capital seguro, nos termos desta cláusula, será calculado, a partir da data equidistante ao início e ao termo do trimestre a que a declaração se reporta.

7.7.4 INDEMNIZAÇÃO NA BASE DO VALOR DE RECONSTRUÇÃO E DE SUBSTITUIÇÃO EM NOVO

- 7.7.4.1 Tendo o capital seguro relativo aos bens abrangidos por esta condição especial, sido determinado pelo seu valor de reconstrução (edifício) ou pelo seu valor de substituição em novo (máquinas, outros equipamento e mobiliário), a base sobre a qual se calculará a quantia indemnizável será o custo de reconstrução e de substituição ou reparação de Bens na mesma qualidade ou tipo, mas não superior ou de maior amplitude do que os bens seguros quando novos.
- 7.7.4.2 No caso do Edifício Sede, considerando tratar-se de um edifício emblemático, pela sua natureza histórica, valor arquitetónico e materiais utilizados, não deverá ser atendido o valor de reconstrução em virtude deste ser desajustado face à especificidade dos equipamentos em causa, devendo antes ser considerado, para este caso o mencionado na Clausula Especial, atrás mencionada, Variação das Quantias Seguras e Descrição Unitária de Haveres Seguros.
- 7.7.4.3 O valor de substituição terá como limite máximo o dobro do valor dos bens sinistrados no momento anterior ao sinistro.
- 7.7.4.4 Os trabalhos e substituição ou reparação devem ser executados com razoável rapidez devendo, em qualquer caso, ficar concluídos em 12 meses após a destruição ou dano ou dentro de qualquer outra extensão de prazo de o segurador venha (durante os referidos 12 meses) autorizar por escrito. De outro modo nenhum pagamento será efetuado além da quantia que teria sido indemnizável ao abrigo desta apólice se nesta condição especial não tivesse sido nela incorporado.
- 7.7.4.5 A seguradora só será responsável por qualquer pagamento na parte que exceda a quantia que seria indemnizável por esta apólice, se esta condição especial não tivesse sido nela incorporada, depois do segurado ter incorrido nas despesas e substituição ou reparação dos bens destruídos ou danificados.
- 7.7.4.6 A substituição pode ser concretizada noutro local que mais convenha às necessidades do segurado, mas a responsabilidade do segurador não poderá por esse facto ser aumentada.
- 7.7.4.7 Esta condição especial ficará sem validade ou sem efeito se:
- a) O segurado não der conhecimento ao segurador, dentro de 6 meses contados na data da destruição ou dano, ou qualquer outro prazo que o segurador venha a conceder por escrito, da sua intenção de substituir ou reparar os bens destruídos ou danificados;
 - b) O segurado não quiser ou reparar ou substituir os bens destruídos ou danificados no mesmo ou noutro local.

7.7.5 ADIANTAMENTO POR CONTA DE SINISTROS

Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice e, após o início dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou substituição, fica a seguradora obrigada a efetuar os adiantamentos que se revelem necessários em função do desenvolvimento e execução do programa de trabalhos, ou de aquisição de bens e / ou serviços que o segurado tenha de celebrar.

7.7.6 BENS DE TERCEIROS EM PODER DO SEGURADO

Ficam garantidos os mesmos riscos que vigorarem para a presente apólice, os danos sofridos por bens pertencentes a terceiros que se encontrem em poder do segurado, desde que, ou na medida em que, esses bens não se encontrem seguros pelos proprietários ou qualquer outra pessoa, sendo neste caso a responsabilidade da seguradora limitada à quantia a pagar pelo segurado com o fim de compensar o respetivo proprietário pelos danos ou estragos sofridos nos referidos bens.

Esta garantia só é válida quando os referidos bens se encontrem devidamente valorizados na relação de bens a facultar pelas entidades adquirentes.

O limite de indemnização ao abrigo da presente cobertura é o que se encontra fixado nas condições particulares.

Se, no momento em que se verificar qualquer ocorrência coberta por esta extensão de cobertura existirem ou vigorarem outros contratos de seguro que garantam os mesmos dados, subscritos pelos terceiros depositários em data anterior à da subscrição da presente condição especial esta funcionará apenas em caso de insuficiência ou ineficácia desses seguros.

7.7.7 RISCOS ELÉTRICOS

7.7.7.1 Nos termos desta cláusula, este seguro cobre também os danos ou prejuízos causados a quaisquer máquinas elétricas, transformadores, aparelhos e instalações elétricas e/ou eletrónicas e aos seus acessórios, desde que considerados nos seguros, em virtude de efeitos diretos da corrente elétrica, nomeadamente sobretensão e sobreintensidade, incluindo os produzidos pela eletricidade atmosférica, tal como a resultante de raio e curto-circuito, mesmo quando não resulte incêndio.

7.7.7.2 Ficam derrogadas quaisquer limitações de potência dos equipamentos, que venham a estar previstas nas Condições Gerais dos seguros celebrados ao abrigo deste acordo-quadro.

7.7.7.3 Ficam excluídos no âmbito desta cobertura os danos causados:

- a) Fusíveis, resistências de aquecimento, lâmpadas de qualquer natureza, tubos catódicos dos componentes eletrónicos, quando não causados por incêndio ou explosão de um objeto vizinho;
- b) Devido a desgaste pelo uso ou qualquer deficiência de funcionamento mecânico;
- c) Que estejam abrangidos por garantias de fornecedores, fabricantes ou instaladores.

7.7.8 EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS

Relativamente a realização de Exposições Temporárias da responsabilidade do Segurado, nas suas instalações ou outras aplicam-se as seguintes condições:

- a) A apólice cobre quaisquer danos provenientes de causa externa aos objetos seguros, excluindo-se apenas os danos resultantes de causa interna, nomeadamente o vício próprio;
- b) Fica expressamente acordado que o objeto seguro é constituído por objetos da CIRA ou de terceiros, neste caso, quando temporariamente confiados ao seu cuidado, controle ou custódia;

- c) A cobertura é válida durante o período de transporte e exposição, iniciando-se com a entrega dos objetos ao Segurado;
- d) O Segurado facultará à Seguradora, apenas em caso de sinistro, relação das obras/bens objeto da exposição, onde deverá vir indicado o respetivo valor unitário;
- e) O segurado compromete-se a manter vigilância no local da exposição durante o período da mesma;
- f) O capital seguro corresponderá ao valor indicado na referida relação, sendo que o limite máximo da responsabilidade do segurado é de 75.000,00€ por sinistro e anuidade, em primeiro risco;
- g) Sempre que o valor de uma exposição ultrapassar o limite máximo (5.000,00€ por sinistro e anuidade em primeiro risco) e o Segurado entender realizar a cobertura do valor excedente, a Seguradora ao assumir o risco calculará o prémio com base na taxa do contrato para o diferencial de capital em causa.

7.7.9 DANOS ACONTECIDOS EM TRANSPORTES TERRESTRES

Ficam garantidos os danos acontecidos em transporte terrestre, no território nacional, de equipamentos, máquinas, materiais de uso e outros bens, propriedade do segurado ou de terceiros, em consequência de acidentes com o veículo transportador, incêndio, raio ou explosão, furto e/ou roubo, incluindo as operações de carga e descarga.

7.7.10 BENS EXISTENTES AO AR LIVRE

Ficam cobertos os danos ou prejuízos causados a bens existentes ao ar livre, para todas as coberturas contratadas, desde que devidamente valorizados na relação de bens a facultar pelas entidades adquirentes e desde que os bens sejam construídos e/ou embalados e/ou destinados para instalação/operação ao ar livre.

7.7.11 QUEBRA OU QUEDA ACIDENTAL DE BENS

Fica garantido qualquer dano accidental de quebra ou queda, que sofram os bens móveis do segurado ou de terceiros quando confiados, por qualquer acidente ou infortúnio desde que constituam uma ocorrência súbita e imprevista.

7.7.12 GASTOS EXTRAORDINÁRIOS

Ficam garantidos os gastos extraordinários realizados pelo Segurado e devidamente justificados para alugar equipamento para substituir máquinas ou instalações danificadas em consequência de sinistro indemnizável pela Apólice.

7.7.13 ESTADIA TEMPORÁRIA DE CONTEÚDO

Fica expresso e acordado que os bens cobertos pela presente apólice permanecem seguros enquanto temporariamente removidos para limpeza, renovação, reparação ou outros propósitos similares, quer nas mesmas ou em quaisquer outras instalações e em trânsito entre elas, por estrada, caminho-de-ferro ou vias fluviais interiores.

O valor indemnizável no que respeita a cada um dos bens seguros, não deverá exceder o valor que teria sido indemnizável se o dano tivesse ocorrido nas instalações donde os bens tenham sido temporariamente removidos.

7.7.14 DERROGAÇÃO DA REGRA PROPORCIONAL

Pela presente Condição Especial, fica expresso e acordado que o Segurador não utilizará, em caso de sinistro indemnizável ao abrigo desta apólice, qualquer critério de redução da indemnização pela utilização da regra de proporcionalidade baseada em infra seguro, desde que os capitais declarados ao seguro não sejam inferiores a 90% do valor correspondente dos objetos seguros e desde que anualmente o Segurado proceda à atualização do capital seguro para o seu valor de substituição em novo (ou valor de reconstrução, no caso de edifícios).

Em caso de, e verificada que seja, a insuficiência de capital, dentro dos limites atrás fixados, o Segurado compromete-se a atualizar de imediato os valores seguros desde a data em que se verificou tal insuficiência, pagando o prémio “pro rata temporis” correspondente.

Se a insuficiência do capital seguro exceder o limite de 10% atrás fixado e/ou o Segurado na anuidade em que se verificou o acidente não tiver procedido à atualização do capital seguro, será aplicada a regra de proporcionalidade com base nos termos e condições previstos nas Condições Gerais da apólice.

7.8 - PROCEDIMENTOS EM CASO DE SINISTRO

7.8.1 Para reclamações de prejuízos até 3.000,00 € (três mil euros), antes de aplicação da franquia contratual (se a ela houver lugar), a Seguradora prescinde do processo de peritagem e aceita processar as indemnizações com base na apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) Cópia do orçamento de reparação, em caso de perda parcial;
- b) Cópia do recibo de aquisição do bem, a data da compra, em caso de perda total;
- c) Cópia do recibo de substituição, ou fatura pró-forma, em caso de perda total;
- d) Cópia da ficha de imobilizado, onde conste descrição e o valor do bem, em caso de perda total.

7.8.2 Para reclamações de prejuízos superiores a 3.000,00 € (três mil euros) e sempre que a CIRA tome a iniciativa de o solicitar, por dificuldade em obter os documentos necessários à quantificação das perdas, a Seguradora compromete-se a efetuar todas as diligências necessárias à apresentação de uma proposta de indemnização, devidamente justificada.

7.8.3 Independentemente do valor da reclamação, a Seguradora incluirá sempre no montante a indemnizar, o correspondente valor de IVA, quando este for efetivamente suportado pelo segurado, não podendo invocar para tal, a entrega dos originais dos recibos, quando estes forem emitidos a ordem da CIRA, uma vez que por lei, está vedada a estas entidades a dedução do imposto em causa.

7.9 – FRACIONAMENTO

Anual.

PREÇO BASE: 1.700,00€/ano

